

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.471.965 - RJ (2014/0189359-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**EMBARGANTE** : NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA  
**ADVOGADOS** : MAURO EDUARDO LIMA DE CASTRO E OUTRO(S) - SP146791  
FERNANDO JOSÉ MONTEIRO PONTES FILHO - SP183379  
**EMBARGADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**INTERES.** : PLL ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM CELULARES  
**ADVOGADO** : SABRINA DE FATIMA MIRANDA PEREIRA BIZZO E OUTRO(S)  
- RJ146432

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC.** VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO CONFIGURADA. DESERÇÃO NA ORIGEM. AUTOS ENCAMINHADOS A ESTA CORTE EXCLUSIVAMENTE PELA VIA ELETRÔNICA. DESNECESSIDADE DE RECOLHIMENTO DO PORTE DE REMESSA E RETORNO. PRECEDENTES AMPARADOS EM RESOLUÇÕES DESTA CASA. RETORNO DOS AUTOS QUE SE IMPÕE. PROSSEGUIMENTO DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS. AGRAVO PROVIDO.

**DECISÃO**

Consta dos autos que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (MPERJ) propôs ação civil pública contra NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA (NOKIA DO BRASIL) e PLL ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM CELULARES (PLL ASSISTÊNCIA), em razão da alegada falha na prestação dos serviços de assistência técnica.

O Juízo de piso julgou a ação parcialmente procedente, exceto o pleito de condenação ao pagamento de dano moral e material (e-STJ, fls. 394/399).

O Tribunal de origem negou provimento aos apelos interpostos por MPERJ, NOKIA DO BRASIL e PLL ASSISTÊNCIA em acórdão assim ementado

*Apelação cível. Ação civil pública. Serviço de telefonia e assistência técnica. Legitimidade do ministério público para a propositura da ação. Direito individual homogêneo. Violação aos direitos do consumidor. Alegação de descumprimento do prazo de garantia, uso de peças reconcondicionadas no conserto de aparelhos e inobservância ao disposto no art. 18 do CDC. Conjunto probatório que demonstra que o serviço de assistência técnica*

*não é prestado de forma adequada. Atuação das rés em descompasso com a legislação consumerista. Dano moral coletivo. Impossibilidade. Dano material não demonstrado. Manutenção da sentença. Desprovisionamento dos recursos (e-STJ, fl. 585).*

Os embargos de declaração opostos pelo MPERJ e por NOKIA DO BRASIL foram rejeitados (e-STJ, fls. 633/635).

Irresignado, o MPERJ interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, alegando violação dos arts. 535, I do CPC/73 e 6º, VI, 95 e 97 do CDC, sob o argumento de (1) negativa de prestação jurisdicional, diante das omissões no acórdão recorrido, consubstanciadas no fato de, embora de se reconhecer o ato ilícito dos fornecedores, não foram condenados ao pagamento dos danos materiais e morais ocasionados a cada consumidor lesado; e, (2) necessidade de arbitramento de indenização pelos danos morais e materiais coletivos (e-STJ, fls. 653/664).

NOKIA DO BRASIL e PLL ASSISTÊNCIA também interpuseram recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, sustentando, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 145, 165, 267, 295, 330, 331, § 2º, 332, 355 a 363, 397, 399, 400, 420 e 458 do CPC/73; 212, II, III e V e 227, parágrafo único, do CC/02; e 81 do CDC. Defendem (1) o indeferimento das provas pretendidas configuraria cerceamento de defesa; (2) os direitos tutelados pela não poderiam ser configurados como individuais homogêneos; (3) ilegitimidade ativa do MPERJ, ante a ausência de relevância social; e, (4) inexistência de interesse processual, pois as obrigações cominadas pelo acórdão já estariam contempladas no CDC, gozando assim de auto executividade (e-STJ, fls. 683/707 e 713/736, respectivamente).

As contrarrazões foram apresentadas pelo MPERJ (e-STJ, fls. 772/788) e por NOKIA BRASIL (e-STJ, fls. 790/802), mas não foram apresentadas pela PLL ASSISTÊNCIA (e-STJ, fl. 809).

O recurso especial do MPERJ foi admitido na origem (e-STJ, fls. 840/841), enquanto os especiais de NOKIA DO BRASIL e PLL ASSISTÊNCIA não foram admitidos (e-STJ, fls. 740 e 819, respectivamente).

Irresignadas, NOKIA DO BRASIL e PLL ASSISTÊNCIA interpuseram agravos em recursos especiais, sob o fundamento de que a não comprovação do preparo no ato da interposição do recurso ocorreu devido a greve dos bancários ocorrida nacionalmente a meados do mês de setembro finalizando em 14/10/2013 (e-STJ, fls. 850/854 e 883/894, respectivamente).

Opinou o Ministério Público Federal pelo provimento do recurso

especial do MPERJ e não conhecimento dos agravos em recursos especiais de NOKIA DO BRASIL e PLL ASSISTÊNCIA (e-STJ, fls. 1.024/1.026).

O recurso não foi conhecido em decisão monocrática de minha relatoria, assim ementada:

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SERVIÇO DE TELEFONIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA. REPARO. GUIA DE RECOLHIMENTO E COMPROVANTE DE PAGAMENTO SOBREPOSTOS. DESERÇÃO. ART. 511, § 2º, DO CPC/73. PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO. NÃO CABIMENTO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO (e-STJ, fl. 1.041).*

Nas razões destes aclaratórios, NOKIA DO BRASIL sustentou a violação do art. 1.022, I e II, do NCPC em virtude da omissão quanto aos seguintes argumentos: "ausência de intimação regular para complementação das custas e a isenção da Resolução nº 4/2013 (ratificada pela Resolução nº 2/17)" (e-STJ, fl. 1.052).

Houve impugnação (e-STJ, fls. 1.062/1.070).

É o relatório.

DECIDO.

De plano vale pontuar que a disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Os embargos de declaração merecem acolhimento.

O entendimento desta Corte é no sentido de que, em se tratando de recurso especial com trânsito por meio exclusivamente eletrônico, é dispensado o pagamento do porte de remessa e retorno.

A propósito:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO PORTE DE REMESSA E RETORNO NO MOMENTO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. DESERÇÃO. SÚMULA 187/STJ. INAPLICABILIDADE DO ART. 6º DA RESOLUÇÃO STJ N. 4, DE 1º/2/2013. AUTOS*

*DIGITALIZADOS. MANTIDA A CONCLUSÃO DA DECISÃO AGRAVADA PROFERIDA PELA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. Compulsando-se os autos observa-se que o recurso especial em análise foi digitalizado, não se tratando a hipótese de recurso interposto por via eletrônica, motivo pelo qual não se pode aplicar a disposição prevista no art. 6º da Resolução STJ N. 4, de 1º/2/2013, a qual isenta do pagamento do porte de remessa e retorno os autos encaminhados a esta Corte integralmente pela via eletrônica.*

*2. Fica mantida a conclusão da decisão proferida pelo Presidente desta Corte, que não conheceu do agravo em recurso especial, em razão da incidência da Súmula 187/STJ.*

*3. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp nº 532.154/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe de 22/9/2014)*

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISPENSA DE PAGAMENTO DO PORTE DE REMESSA E RETORNO. PROCESSO ELETRÔNICO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PREPARO. DESERÇÃO.*

*1. Esta Corte Superior disciplinou que, tratando-se de recurso especial interposto e que terá trânsito por meio exclusivamente eletrônico, é dispensado o recorrente do pagamento do porte de remessa e retorno, conforme Resolução do STJ n. 1, de 4/2/2014.*

*2. É deserto o recurso interposto para o Superior Tribunal de Justiça quando o recorrente não comprova o recolhimento, na origem, da importância referente às custas processuais. Incidência da Súmula 187/STJ.*

*3. "A intimação da parte para a complementação do preparo só é admitida quando o recolhimento das custas processuais ou do porte de remessa e retorno se der a menor, de forma insuficiente, e não quando ausente o pagamento de uma das guias" (AgRg no AREsp 595.977/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/03/2015, DJe 06/04/2015).*

*4. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp nº 619.472/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe de 13/5/2015)*

Na hipótese, verifico que os presentes autos foram recebidos eletronicamente da origem e, ao que parece, tramitam de forma eletrônica desde o segundo grau.

Assim, nos moldes da jurisprudência desta Casa, não há falar em recolhimento do porte de remessa e retorno, donde não configurada a deserção.

Diante do exposto, **ACOLHO** os embargos de declaração para **DAR**

**PROVIMENTO** ao agravo determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que, afastada a deserção, prossiga no exame da admissibilidade do recurso especial, como entender de direito.

Advirto que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 77, §§ 1º e 2º, 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, todos do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 29 de março de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator

